

**CARGO: TÉCNICO JUDICIÁRIO (ÁREA ADMINISTRATIVA)  
PROVA BRANCA - PBR5**

Nome: \_\_\_\_\_ Inscrição: \_\_\_\_\_

**INSTRUÇÕES GERAIS****PREZADO CANDIDATO,**

1. É de sua responsabilidade a conferência do nome do cargo que consta neste caderno de questões;
2. Verifique se a cor do seu caderno de questões corresponde à informada no seu cartão de respostas;
3. Este caderno de questões contém **65 questões** a serem respondidas;
4. Após tê-lo recebido da fiscalização, confira o número e a sequência das questões e páginas; qualquer incompatibilidade identificada, levante o braço e solicite ao fiscal um novo caderno de questões;
5. O caderno de questões pode ser usado livremente para fazer rascunhos;
6. O tempo de duração da prova é de **4 (quatro) horas**, incluindo o preenchimento do cartão de leitura óptica (cartão de respostas);
7. O candidato somente poderá retirar-se do local de prova a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização;
8. O candidato só pode retirar-se da sala de provas levando o caderno de questões, após a entrega de seu cartão de respostas das questões objetivas à fiscalização e nunca antes dos 60 (sessenta) minutos anteriores ao horário previsto para o término da prova, sob pena de eliminação do concurso;
9. Cada questão oferece 4 (quatro) alternativas de resposta, representadas pelas letras A, B, C, D, sendo somente uma correspondente à resposta correta;
10. Após o início da prova, é vedado formular perguntas, pois o entendimento das questões é parte integrante da mesma;
11. Não é permitido comunicar-se com outro candidato ou socorrer-se de consultas a livros, anotações, agendas eletrônicas, gravadores, máquina calculadora, telefone celular ou qualquer outro instrumento receptor/transmissor de mensagens e/ou similares;
12. Ao terminar a prova objetiva, entregue ao fiscal de sala, **OBRIGATORIAMENTE**, o cartão de respostas devidamente assinado no campo indicativo e com a impressão digital colhida no digiselo, sem amassá-lo ou dobrá-lo, uma vez que é insubstituível;
13. O gabarito preliminar será divulgado no 1º dia útil após a prova objetiva, no endereço [www.pontuaconcursos.com.br](http://www.pontuaconcursos.com.br);
14. No cartão de leitura óptica personalizado - cartão de respostas - preencha, inteiramente, apenas uma das alternativas de cada questão, com caneta esferográfica de ponta grossa, azul ou preta, suficientemente pressionada, conforme o exemplo ao lado:

97	(A)	<input checked="" type="radio"/>	(C)	(D)
98	(A)	(B)	(C)	<input checked="" type="radio"/>
99	(A)	(B)	<input checked="" type="radio"/>	(D)
15. Será atribuída pontuação zero à questão da prova objetiva que contiver no cartão de respostas mais de uma ou nenhuma resposta assinalada, ou que contiver emenda ou rasura.
16. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso qualquer desses candidatos insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do concurso e, em se negando a assim proceder, deverá o fato ser registrado no termo de ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, por fiscal da sala e pelo coordenador da unidade.

“Decisão judicial não é censura”

01 Em artigo encaminhado a ZH, o juiz  
02 Marco Aurélio Martins Xavier, do Foro Re-  
03 gional do Sarandi, na Capital, contesta o  
04 uso pelo jornal da palavra “censura” ao  
05 se referir à decisão do TJ de proibir a  
06 RBS de vincular nome e imagem de um  
07 vereador à série Farra das Diárias.

08 Leio \_\_\_\_\_ reportagens que chamam  
09 “censura” a decisão que vetou reporta-  
10 gens ofensivas a um vereador – ZH edi-  
11 ções de 2/9/2011, pág. 12; de 3/9/2011,  
12 pág. 14; e de 05/09/2011, pág. 13.

13 É princípio sagrado a liberdade de im-  
14 prensa – art. 5º, IV e IX, CF/88. Isso, po-  
15 rém, está longe de revelar imunidades, o  
16 que tornaria os veículos de comunicação  
17 “senhores da verdade” e os cidadãos “re-  
18 féns deste senhorio”.

19 Estado desenvolvido não se \_\_\_\_ com  
20 arbítrio, o que se questiona com o Direi-  
21 to, a cuja submissão ninguém se evade,  
22 nem o próprio Judiciário. Assim, tachar  
23 jurisdição de “censura” é tão absurdo  
24 quanto considerar a imprensa “imacula-  
25 da”.

26 A norma que tutela essa liberdade está  
27 inserida em um sistema normativo, sen-  
28 do apenas mais um dos Princípios Cons-  
29 titucionais. Não sem razão temos na dig-  
30 nidade da pessoa o fundamento do Es-  
31 tado Democrático de Direito – art. 1º, III,  
32 CF/88 –, no qual o ser humano é o centro  
33 do sistema normativo, protegido de abu-  
34 sos, inclusive os causados pelo Estado.

35 Daí que, admitir que um Direito – liber-  
36 dade de informação – possa fulminar Ga-  
37 rantias ou Direitos Fundamentais é inad-  
38 missível!

39 É contraditório que o Estado Brasileiro,  
40 a um só tempo, acolha Dignidade como  
41 Princípio Fundamental e, na mesma cena  
42 legislativa, permita que honra, imagem, in-  
43 timidade e vida privada – Direitos e Ga-  
44 rantias de igual relevo – arts. 5º, X, CF/88 –  
45 sejam submetidos ao arbítrio e interesses  
46 da imprensa.

47 Nem se diga que as indenizações pe-  
48 los abusos revelem-se suficientes para os

49 interesses atingidos. Essa máxima che-  
50 ga a ser \_\_\_\_\_, na exata medida em que  
51 supõe que alguma pecúnia possa ser su-  
52 ficiente para mitigar os prejuízos de uma  
53 publicação indevida. Se alguém duvida,  
54 reflita sobre a situação daquele francês,  
55 acusado erroneamente por delito nos Es-  
56 tados Unidos: através da imprensa, ele  
57 foi condenado, definitivamente, inclusive  
58 para a comunidade internacional. Daí a  
59 indagação: algum ressarcimento econô-  
60 mico poderia reparar a sua execração  
61 pública? E o ato foi de imprensa!

62 O caso é típico de sensacionalismo atro-  
63 pelando direitos, prática muito comum no  
64 cenário midiático e principal alvo da tutela  
65 jurisdicional.

66 Decisão judicial não é censura, mas  
67 sim instrumento de justiça, paz social e a  
68 serviço de todos, como deve ser em um  
69 país civilizado.

Juiz Marco Aurélio M. Xavier

Disponível em: [http://www.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a\\_3480361.xml&template=3898\\_dwt&edition=17907](http://www.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a_3480361.xml&template=3898_dwt&edition=17907).

Acesso em: 11 set. 2011

1. Assinale a alternativa que completa **CORRETAMENTE** as lacunas do texto:

- a) apreensivo – compraz – risível
- b) aprensivo – compraz – rizível
- c) apreensivo – compras – rizível
- d) aprensivo – compraz – risível

2. Em *Assim*, tachar jurisdição de “censura” é tão absurdo quanto considerar a imprensa “imaculada” (l.22-25), a palavra destacada poderia ser substituída, sem prejuízo para o significado ou para a estrutura do período, por:

- a) *Desse jeito*
- b) *Conquanto*
- c) *Portanto*
- d) *Contanto que*

3. Analise as palavras a seguir:

- I. *“censura”*(l.04)
- II. *jurisdição* (l.23)
- III. *execração* (l.60)

Qual(is) delas tem (têm) como referente a proibição sofrida pelos veículos de comunicação da RBS?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a I e a II.

4. Em *A norma que tutela essa liberdade está inserida em um sistema normativo* (l.26-27), o verbo destacado só não pode ser substituído corretamente por:

- a) *protege*
- b) *indica*
- c) *ampara*
- d) *resguarda*

5. Sobre a formação das palavras do texto são feitas as seguintes afirmações:

- I. *Vereador* é uma palavra derivada por sufixação.
- II. A palavra *Democrático* é composta por dois radicais.
- III. *Informação* contém sufixo que forma substantivos a partir de verbos.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- a) Apenas a afirmação I.
- b) Apenas a afirmação II.
- c) Apenas a afirmação III.
- d) Todas as afirmações.

6. Em *Isso, porém, está longe de revelar imunidades* (l.14-15), a conjunção destacada estabelece relação de:

- a) Oposição.
- b) Explicação.
- c) Causa.
- d) Finalidade.

7. Nas três ocorrências de “que”, nos períodos das linhas 47 a 51, temos, respectivamente:

- a) Dois pronomes relativos e uma conjunção integrante.
- b) Uma conjunção integrante, um pronome relativo e uma conjunção integrante.
- c) Duas conjunções integrantes e um pronome relativo.
- d) Três pronomes relativos.

8. Analise os itens sobre a pontuação do período *Daí que, admitir que um Direito – liberdade de informação – possa fulminar Garantias ou Direitos Fundamentais é inadmissível!* (l.35-38).

- I. A vírgula depois de “Daí que” está incorreta porque separa a conjunção e a oração que ela introduz.
- II. Os travessões poderiam ser substituídos por vírgula, sem que isso causasse qualquer prejuízo à estrutura ou ao significado do período.
- III. O ponto de exclamação poderia ser substituído por ponto final, sem que isso causasse qualquer prejuízo à estrutura ou ao significado do período.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Apenas o item I.
- b) Apenas o item II.
- c) Apenas os itens I e II.
- d) Apenas os itens II e III.

9. Em *a cuja submissão ninguém se evade, nem o próprio Judiciário* (l.21-22), a preposição destacada é exigida por:

- a) *Direito*.
- b) *arbítrio*.
- c) *se evade*.
- d) *cuja*.

10. A **CORRETA** transformação da oração reduzida *para mitigar os prejuízos de uma publicação indevida* (I.52-53) em desenvolvida está na alternativa:

- a) *para mitigarem os prejuízos de uma publicação indevida.*
- b) *para que se mitiguem os prejuízos de uma publicação indevida.*
- c) *mitigados os prejuízos de uma publicação indevida.*
- d) *mitigando os prejuízos de uma publicação indevida.*

11. Assinale a alternativa em que a oração esteja na voz passiva:

- a) *...o juiz Marco Aurélio Martins Xavier, do Foro Regional do Sarandi, na Capital, contesta o uso pelo jornal da palavra "censura" (I.01-04)*
- b) *...a decisão que vetou reportagens ofensivas a um vereador (I.09-10)*
- c) *É princípio sagrado a liberdade de imprensa (I.13-14)*
- d) *...através da imprensa, ele foi condenado, definitivamente, inclusive para a comunidade internacional. (I. 56-58)*

12. Analise as possibilidades para o deslocamento da expressão destacada no trecho *É contraditório que o Estado Brasileiro, a um só tempo, acolha Dignidade como Princípio Fundamental e, na mesma cena legislativa, permita que honra, imagem, intimidade e vida privada – Direitos e Garantias de igual relevo – arts. 5º, X, CF/88 – sejam submetidos ao arbítrio e interesses da imprensa.* (I. 39-46)

- I. Deslocá-la para o início do período, isolando-a com uma vírgula.
- II. Deslocá-la, sem vírgula, para depois de *Princípio Fundamental*.
- III. Deslocá-la, isolada por uma vírgula, para o final do período.

Qual(is) delas não acarretaria(m) problema(s) de significado?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a I e a III.

13. Na pronúncia das palavras, às vezes acrescentamos ou suprimimos fonemas. Assinale a alternativa em que nenhum desses processos aconteça:

- a) Submissão.
- b) Absurdo.
- c) Delito.
- d) Dignidade.

14. A linguagem predominante no texto é:

- a) A culta padrão.
- b) A informal.
- c) O jargão jornalístico.
- d) A coloquial.

15. Analise os itens abaixo, acerca do texto:

- I. A argumentação do juiz é favorável à decisão do TJ de proibir a RBS de vincular nome e imagem de um vereador à série Farra das Diárias.
- II. No terceiro parágrafo, há uma relação de conclusão entre as expressões *“senhores da verdade”* e *“reféns deste senhorio”*.
- III. O autor utiliza como argumento de autoridade, para provar sua tese, a Constituição Federal de 1988.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Apenas o item I.
- b) Apenas o item II.
- c) Apenas os itens I e II.
- d) Todos os itens.

#### Noções de Informática

16. Assinale a alternativa que representa o modelo de processador mais recente da fabricante Intel®:

- a) Core i1.
- b) Core i3.
- c) Core i5.
- d) Core i7.

17. Em termos de grandeza ou tamanho geográfico, o município está para \_\_\_\_\_ assim como \_\_\_\_\_ está para \_\_\_\_\_.

Identifique a alternativa que preenche **CORRETAMENTE** as lacunas acima:

- a) o mundo – a Intranet – a Internet
- b) o mundo – a Internet – a Intranet
- c) o bairro – a Intranet – a Internet
- d) o prefeito – a Internet – a Intranet

18. \_\_\_\_\_ é o termo usado para referir-se aos *e-mails* não solicitados, que geralmente são enviados para um grande número de pessoas.

Identifique a alternativa que preenche **CORRETAMENTE** a lacuna acima:

- a) Caixa de entrada
- b) Rascunho
- c) Spam
- d) Zumbi

19. Os sistemas antivírus são programas que têm o objetivo de detectar e, então, anular ou eliminar os vírus encontrados no computador. Marque V (Verdadeiro) e F (Falso) para os exemplos de programas antivírus:

- ( ) Norton.
- ( ) WinZip.
- ( ) McAfee.
- ( ) Kaspersky.
- ( ) Word.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- a) F – F – V – V – V.
- b) V – F – V – V – F.
- c) F – V – F – F – V.
- d) V – V – V – V – F.

### Noções de Arquivologia

20. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística é um instrumento de fundamental importância para a normalização conceitual das atividades inerentes ao fazer arquivístico. Entre uma dessas atividades, a Avaliação é de fundamental importância para a prática de gestão documental.

Qual das alternativas abaixo está **CORRETA**, com relação ao termo Avaliação?

- a) Unidade de arquivamento, formada por documentos diversos, pertinentes a um determinado assunto ou pessoa.
- b) Instrumento de pesquisa destinado à orientação dos usuários no conhecimento e utilização dos fundos que integram um acervo.
- c) Operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido.
- d) Processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece os prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos.

### Raciocínio Lógico

21. Observe a sequência numérica:

$$\frac{1}{4} \text{ ' } \frac{16}{9} \text{ ' } \frac{25}{36} \text{ ' } \frac{64}{49} \text{ '}$$

Assinale a alternativa **CORRETA**, que correspondente ao próximo número da sequência:

- a)  $\frac{82}{99}$ .
- b)  $\frac{100}{72}$ .
- c)  $\frac{81}{100}$ .
- d)  $\frac{100}{81}$ .

22. Qual(is) das sentenças proposicionais abaixo é(são) equivalência(s) lógica(s)?

- I.  $P \wedge (P \vee Q) \leftrightarrow P$ .
- II.  $\sim (P \wedge Q) \leftrightarrow \sim P \vee \sim Q$ .
- III.  $P \wedge (Q \vee R) \leftrightarrow (P \wedge Q) \vee (P \wedge R)$ .

- a) Apenas as sentenças I e II.
- b) Apenas a sentença III.
- c) Apenas as sentenças II e III.
- d) Todas as sentenças.

23. Sejam as seguintes proposições P: Carlos fala francês, Q: Carlos fala inglês e R: Carlos fala alemão. Dada a seguinte proposição:

É falso que Carlos fala inglês ou alemão, mas que não fala francês.

Assinale a alternativa que traduz de maneira **CORRETA** a proposição acima para a linguagem simbólica:

- a)  $\sim ((Q \vee R) \wedge \sim P)$ .
- b)  $(P \vee Q) \wedge \sim R$ .
- c)  $\sim (P \wedge \sim R)$ .
- d)  $(P \wedge Q) \vee \sim (P \wedge R)$ .

24. Com relação às afirmações abaixo sobre as Leis De Morgan:

- I. Negar que duas dadas proposições são ao mesmo tempo verdadeiras equivale a afirmar que uma pelo menos é falsa.
- II. Negar que uma pelo menos de duas proposições é verdadeira equivale a afirmar que ambas são falsas.
- III. A negação transforma a conjunção em condicional e o condicional em conjunção.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- a) As afirmações I e III.
- b) As afirmações I e II.
- c) As afirmações II e III.
- d) Todas as afirmações.

25. Marque V (Verdadeiro) e F (Falso) nas afirmações abaixo:

- ( ) A sentença:  $P \rightarrow Q, \sim P \vdash \sim Q$  é um argumento válido.
- ( ) A sentença:  $P \leftrightarrow Q, Q \vdash P$  é um argumento válido.
- ( ) A sentença:  $P \rightarrow Q, Q \vdash P$  é um argumento inválido.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- a) V – F – V.
- b) F – V – V.
- c) V – F – F.
- d) F – V – F.

### Noções de Direito Constitucional

26. Analise os itens abaixo:

- I. Os direitos fundamentais instituídos no art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil são aplicáveis somente aos brasileiros natos e naturalizados.
- II. A Constituição da República Federativa do Brasil protege o direito à livre manifestação do pensamento, contudo proíbe o anonimato.
- III. A Constituição da República Federativa do Brasil protege o direito de reunião de forma ampla, sem estabelecer qualquer condição ou limite para o exercício desse direito.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Apenas os itens I e II.
- b) Apenas o item II.
- c) Apenas os itens I e III.
- d) Apenas os itens II e III.

27. Analise os itens abaixo:

- I. Uma das condições de elegibilidade é a idade mínima de 35 anos para Presidente, Vice-Presidente e Senador; 30 anos para Governador e Vice-Governador; 21 anos para Deputado Federal, Estadual e Distrital, Prefeito e Vice-Prefeito; e 18 anos para Vereador.
- II. Estrangeiros residentes no País são elegíveis tão somente aos mandatos de Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereador.
- III. Os militares são alistáveis, mas não são elegíveis.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Apenas o item I.
- b) Apenas os itens II e III.
- c) Apenas os itens I e III.
- d) Apenas o item III.

28. Analise os itens abaixo:

- I. Os partidos políticos poderão receber recursos financeiros de entidades estrangeiras, desde que prestem contas regularmente à Justiça Eleitoral brasileira.
- II. A criação ou fusão de partidos políticos depende de prévia autorização do Congresso Nacional.
- III. Compete privativamente à Justiça Eleitoral prescrever normas de disciplina e fidelidade partidárias.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Apenas os itens II e III.
- b) Apenas os itens I e III.
- c) Apenas o item I.
- d) Nenhum dos itens.

29. Analise os itens abaixo:

- I. Em virtude do direito fundamental de propriedade, em hipótese alguma as autoridades estatais poderão usar de propriedade particular.
- II. Toda e qualquer propriedade rural poderá ser objeto de penhora desde que a finalidade seja assegurar o pagamento de dívidas resultantes de sua atividade produtiva.

- III. A Constituição assegura aos autores, como direito fundamental, o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Apenas os itens I e II.
- b) Apenas os itens II e III.
- c) Apenas o item III.
- d) Apenas os itens I e III.

30. Analise os itens abaixo:

- I. Para candidatar-se ao cargo de Presidente da República, o Governador de Estado ou do Distrito Federal deverá renunciar ao respectivo mandato em até seis meses antes do pleito.
- II. Os candidatos à reeleição à Presidência da República, Governadoria de Estado ou Distrito Federal e à Prefeitura devem licenciar-se do respectivo cargo imediatamente após a data da oficialização da candidatura em convenção partidária.
- III. Aos Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores não é obrigatória a renúncia ao respectivo mandato na hipótese de candidatura a Presidente da República, Governador de Estado ou do Distrito Federal.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Apenas o item I.
- b) Apenas o item III.
- c) Apenas os itens I e III.
- d) Apenas os itens II e III.

31. Considerando-se as normas da Constituição da República Federativa do Brasil sobre os tribunais e juízes eleitorais, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente Ministros do Supremo Tribunal Federal poderão ser eleitos Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.
- b) É competência do Presidente da República escolher e nomear o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

- c) Em virtude do princípio da separação dos poderes, não compete ao Presidente da República nomear juízes para o Tribunal Superior Eleitoral e para os Tribunais Regionais Eleitorais.
- d) Os Tribunais Regionais Eleitorais serão compostos por, no mínimo, nove juízes.

32. Considerando-se as normas da Constituição da República Federativa do Brasil sobre as competências dos tribunais e juízes eleitorais, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Não compete aos Tribunais Regionais Eleitorais decretar a perda de mandatos eletivos federais.
- b) Somente o Tribunal Superior Eleitoral poderá decidir sobre a inelegibilidade de candidatos a mandatos eletivos federais.
- c) Não compete aos tribunais e juízes eleitorais processarem e julgarem *habeas corpus*.
- d) Os Tribunais Regionais Eleitorais têm competência para anular ou decretar a perda de mandatos eletivos federais ou estaduais, cabendo aos afetados o direito de recorrer da decisão ao Tribunal Superior Eleitoral.

33. Considerando-se as normas da Constituição da República Federativa do Brasil sobre o Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A partir da Emenda Constitucional nº. 45, de 8 de dezembro de 2004, a função precípua de guarda da Constituição, que até então era de competência do Supremo Tribunal Federal, passou a ser do Conselho Nacional de Justiça.
- b) Processar e julgar deputados federais e senadores por infrações penais comuns é de competência originária do Supremo Tribunal Federal.
- c) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal são escolhidos e aprovados pelo Congresso Nacional e nomeados pelo Presidente da República.
- d) Somente poderão ser nomeados Ministros do Supremo Tribunal Federal os brasileiros que tiverem mais de 35 e menos de 65 anos de idade e integrarem a carreira da magistratura por concurso público de provas e títulos.

34. Considerando-se as normas da Constituição da República Federativa do Brasil sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em Brasília.
- b) O candidato ao ingresso na carreira da magistratura poderá suprir a falta do título acadêmico de Bacharel em Direito com a demonstração de que possui notável saber jurídico.
- c) Somente poderá ingressar na magistratura, por meio de concurso público de provas e títulos, o candidato que antes tenha sido aprovado no exame da Ordem dos Advogados do Brasil e que tenha exercido no mínimo três anos de advocacia privada e/ou advocacia pública.
- d) O concurso público de provas e títulos para ingresso na magistratura deve ter a participação, em todas as suas fases, da Ordem dos Advogados do Brasil.

35. A Emenda Constitucional nº. 45, de 8 de dezembro de 2004, introduziu no direito brasileiro a súmula com efeitos vinculantes. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O Tribunal Superior Eleitoral poderá editar, em matéria eleitoral, súmulas com efeitos vinculantes.
- b) No âmbito judicial, as súmulas com efeitos vinculantes poderão ser editadas pelo Supremo Tribunal Federal; no âmbito administrativo, pelo chefe máximo da administração pública direta da União.
- c) A edição de súmula com efeitos vinculantes é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal.
- d) O Conselho Nacional de Justiça poderá editar, em matéria disciplinar e administrativa da magistratura, súmulas com efeitos vinculantes.



36. No Título I da Constituição da República Federativa do Brasil estão institucionalizados princípios fundamentais que devem reger a organização política, social e econômica do País. Qual é o princípio que indica que o regime econômico protegido pela Constituição é a economia de mercado?

- a) Princípio da livre iniciativa.
- b) Princípio da solidariedade.
- c) Princípio da dignidade da pessoa humana.
- d) Princípio da garantia do desenvolvimento nacional.

37. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias, contados da:

- a) Eleição.
- b) Posse.
- c) Diplomação.
- d) Proclamação oficial do resultado da eleição pela Justiça Eleitoral.

#### Noções de Direito Eleitoral

38. São fontes diretas do Direito Eleitoral, **EXCETO**:

- a) Código Eleitoral.
- b) Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral.
- c) A Lei das Inelegibilidades.
- d) Constituição Federal.

39. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O Direito Eleitoral é ramo do direito privado.
- b) É objeto do Direito Eleitoral a disciplina do registro de candidatos.
- c) O Direito Eleitoral disciplina o processo para escolha dos governantes.
- d) Compete privativamente à União legislar sobre Direito Eleitoral.

40. Sobre a Justiça Eleitoral, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A Justiça Eleitoral dispõe de quadro próprio de magistrados.

b) Os Ministros do Tribunal Superior Eleitoral serão nomeados pelo Presidente da República dentre os magistrados de carreira da Justiça Eleitoral.

c) É atribuição da Polícia Federal investigar crimes eleitorais.

d) É vedado aos Juizes Eleitorais cumular o exercício da jurisdição comum.

41. Em face da decisão do Juiz Eleitoral:

a) Os recursos interpostos sempre terão efeito suspensivo.

b) Que rejeitar a denúncia por crime eleitoral, caberá apelação.

c) De diplomação do candidato, o Ministério Público tem legitimidade para recorrer.

d) De expedição do diploma, pode ser interposto recurso no prazo de 15 dias, contados da data da sessão de diplomação.

42. Sobre os partidos políticos é correto afirmar, **EXCETO**:

a) Através de seus órgãos nacionais, regionais e municipais, devem manter escrituração contábil, de forma a permitir o conhecimento da origem de suas receitas e a destinação de suas despesas.

b) Observadas as disposições constitucionais e as da Lei Eleitoral, é livre para fixar, em seu programa, seus objetivos políticos e para estabelecer, em seu estatuto, a sua estrutura interna, organização e funcionamento.

c) São pessoas jurídicas de direito público.

d) Destinam-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.

43. Sobre filiação partidária, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) Em caso de duplicidade de filiação partidária, considera-se válida, de modo automático, aquela procedida em último lugar.

- b) Os partidos políticos têm a obrigação de remeter, nos meses de abril e outubro de cada ano, a relação dos filiados à Justiça Eleitoral.
- c) A filiação partidária é condição de elegibilidade, motivo pelo qual o atual sistema brasileiro admite a candidatura avulsa.
- d) O deferimento da filiação ocorre mediante decisão judicial fundamentada.

44. Sobre a propaganda eleitoral no rádio e na televisão, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Tem por objetivo permitir que o Partido Político possa divulgar propaganda de seus candidatos a cargos eletivos.
- b) É gratuita apenas para os partidos com representação no Congresso Nacional.
- c) A propaganda eleitoral, no segundo semestre do ano eleitoral, no rádio e na televisão, ficará restrita ao horário eleitoral gratuito.
- d) Pode ser objeto de censura prévia pela Justiça Eleitoral.

45. Sobre a Lei das Eleições (9504/97), é **INCORRETO** afirmar que:

- a) As entidades e empresas que realizarem pesquisa de opinião pública relativa às eleições e aos candidatos deverão registrar, até cinco dias antes da divulgação, as informações obrigatórias sobre a pesquisa.
- b) Constitui crime punível com reclusão, de cinco a dez anos, causar, propositadamente, dano físico a equipamento usado na votação ou na totalização dos votos ou a suas partes.
- c) O Presidente da Mesa Receptora é obrigado a entregar cópia do boletim de urna aos partidos políticos e coligações concorrentes ao pleito cujos representantes o requeiram até uma hora após a expedição.
- d) No ano em que se realizarem as eleições, fica vedada, em qualquer hipótese, a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios pela Administração Pública.

46. Sobre as coligações, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A Lei 9.504/97 consagrou os princípios da liberdade e da autonomia partidária.
- b) As regras para formação de coligações partidárias estarão estabelecidas nos estatutos dos partidos.
- c) Em caso de omissão do estatuto partidário, cabe à Justiça Eleitoral estabelecer as respectivas normas.
- d) A anulação da deliberação sobre coligações pode ocorrer quando a convenção partidária de nível inferior contrariar as diretrizes estabelecidas pelo órgão de direção nacional.

47. Sobre a convenção para escolha dos candidatos, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Atas de registro de candidatos e coligações dispensam a rubrica da Justiça Eleitoral.
- b) É vedada a utilização de prédios públicos para realização das convenções partidárias.
- c) A convenção ocorrerá e gerará os efeitos legais independentemente da aferição do quorum mínimo estabelecido no estatuto.
- d) Obedecerá ao prazo fixado na lei, entre os dias 10 e 30 de junho do ano das eleições.

48. Sobre o registro de candidatos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O número de candidatos de cada partido ou coligação a ser registrado na Justiça eleitoral é ilimitado.
- b) Nas eleições proporcionais deverá ser observada a reserva mínima de 30% e máxima de 70% de registro de candidatos de cada sexo.
- c) O número de relativo a cada candidato será informado pela Justiça Eleitoral ao deferir o pedido de registro.
- d) É facultado ao partido ou coligação substituir, a qualquer tempo, antes da eleição, candidato às majoritárias falecido após a data de encerramento do registro.

49. No que diz respeito à arrecadação e à prestação de contas, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A responsabilidade pelas despesas de campanha é autônoma em relação a candidatos e partidos.
- b) Nos documentos integrantes da prestação de contas, são obrigatórias as assinaturas do candidato e do seu administrador financeiro, caso exista.
- c) Quanto à veracidade das informações financeiras e contábeis da campanha, a responsabilidade é autônoma entre o candidato e o seu administrador financeiro.
- d) É obrigatória a abertura de conta específica para registrar o movimento financeira da campanha.

50. Sobre a propaganda eleitoral, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 5 julho do ano da eleição.
- b) Em caso de infringência às regras da propaganda, tanto os partidos políticos, como o Ministério Público têm legitimidade para representar em juízo.
- c) As representações contra propaganda partidária em nível nacional serão ajuizadas junto aos Tribunais Regionais Eleitorais.
- d) Na internet, após 5 de julho de do ano da eleição, é livre a propaganda eleitoral em sítio do candidato, com endereço eletrônico comunicado à Justiça Eleitoral e hospedado em provedor estabelecido no país.

51. Deferido o pedido de direito de resposta, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) O prazo para interposição de recurso às instâncias superiores é de 24 horas.
- b) Na internet a resposta deverá ficar disponível para acesso pelos usuários em tempo não inferior ao dobro em que esteve disponível a mensagem considerada ofensiva.
- c) No direito de resposta veiculado no horário eleitoral gratuito, o candidato ofendido poderá usar o tempo concedido sem responder aos fatos ofensivos.

d) No horário eleitoral gratuito, o candidato ofendido usará o tempo igual ao da ofensa, nunca inferior a um minuto.

### Noções de Direito Administrativo

52. Quanto à Atividade Administrativa, analise os itens abaixo:

- I. A função administrativa é o conjunto de poderes jurídicos destinados a promover a satisfação de interesses essenciais, relacionados com a promoção de direitos fundamentais, cujo desempenho exige uma organização estável e permanente, que se faz sob o regime jurídico infralegal e submetido ao controle jurisdicional.
- II. Na administração pública, as ordens e instruções de como administrar as coisas que são confiadas ao administrador estão concretizadas nas leis, regulamentos e atos especiais, dentro da moral da instituição. Daí o dever indeclinável de o administrador público agir segundo os preceitos do Direito e da Moral administrativa, porque tais preceitos é que expressam a vontade do titular dos interesses administrativos – o povo – e condicionam os atos a serem praticados no desempenho do múnus público que lhe é confiado.
- III. Para que a Administração possa realizar o conjunto das atividades que lhe cabem, no cumprimento de seu papel na vida coletiva, o ordenamento lhe confere poderes.
- IV. Caracteriza a essência da função: o exercício do poder preordenado a um fim. Na função, o exercício do poder não é livre, mas, pela impossibilidade de separá-lo de um fim, apresenta-se inevitavelmente condicionado a requisitos que justificam a atuação e orientam seu concreto desenvolvimento. Na função, o dever surge como elemento misto ao poder e, desse modo, a Administração concretiza, na sua atuação, o poder conferido pela norma, para atendimento de um fim.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Apenas o item I.
- b) Apenas o item III.
- c) Apenas os itens I e II.
- d) Todos os itens.

53. Quanto ao Ato Administrativo, analise os itens abaixo:

- I. A Administração Pública, como instituição destinada a realizar o Direito e a propiciar o bem comum, não pode agir fora das normas jurídicas e dos princípios constitucionais explícitos e implícitos, nem relegar os fins sociais a que sua ação se dirige. A legitimidade da atividade decorre do respeito à lei e aos referidos princípios, razão pela qual não são passíveis de invalidação.
- II. São requisitos necessários à formação do ato administrativo: competência, finalidade, forma, motivo e objeto. Tais componentes, pode-se dizer, constituem a infraestrutura do ato administrativo, seja ele vinculado ou discricionário, simples ou complexo, de império ou de gestão.
- III. Ato Administrativo é toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações somente aos seus administrados, não a si própria.
- IV. Os atos administrativos, como emanção do Poder Público, trazem em si certos atributos que os distinguem dos atos jurídicos privados e lhes emprestam características próprias e condições peculiares de atuação. São atributos do ato administrativo: a presunção de legitimidade, a imperatividade e a auto-executoriedade.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Apenas o item I.
- b) Apenas o item III.
- c) Apenas os itens I e III.
- d) Apenas os itens II e IV.

54. Marque V (Verdadeiro) e F (Falso). Constituem atos de Improbidade Administrativa que importam enriquecimento ilícito do Agente Público, nos termos da lei:

- ( ) Perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação desses serviços por preço superior ao de mercado.

- ( ) Adquirir para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja proporcional à evolução do patrimônio ou renda do agente público.
- ( ) Omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado em troca de vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente.
- ( ) Usar bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Territórios, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de 50% do patrimônio ou da receita anual.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- a) F – F – V – V.
- b) V – F – V – F.
- c) F – V – V – F.
- d) V – F – F – V.

55. A improbidade administrativa consiste na ação ou omissão violadora do dever constitucional de moralidade no exercício da função pública. São atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário público:

- I. Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- II. Agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda.
- III. Agir de forma diligente no que diz respeito à conservação do patrimônio público.
- IV. Frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Apenas o item III.
- b) Apenas o item II.
- c) Apenas os itens I, II e IV.
- d) Apenas os itens I, III e IV.

56. São formas de provimento de cargo público:

- I. A posse.
- II. Nomeação.
- III. Reversão.
- IV. Preenchimento dos requisitos básicos para investidura.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Apenas o item III.
- b) Apenas o item II.
- c) Apenas os itens I e IV.
- d) Apenas os itens II e III.

57. Marque V (Verdadeiro) e F (Falso):

- ( ) A nomeação far-se-á em caráter efetivo quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira.
- ( ) A nomeação far-se-á em comissão, inclusive na condição de interino, para cargo de confiança vago.
- ( ) A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende, na maioria das vezes, de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação.
- ( ) A nomeação é uma forma de provimento de cargo público.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- a) V – V – F – V.
- b) V – F – V – F.
- c) F – V – V – F.
- d) V – F – F – V.

58. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório, por período designado na lei, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

- I. Assiduidade.
- II. Responsabilidade.
- III. Investimento em formação profissionalizante.
- IV. Disciplina.

Está(ão) **INCORRETO(S)**:

- a) Apenas o item II.
- b) Apenas o item III.
- c) Apenas os itens I e IV.
- d) Apenas os itens II e III.

59. Ao servidor em estágio probatório poderão ser concedidas as licenças e os afastamentos, abaixo relacionados:

- I. Licença por motivo de doença em pessoa da família.
- II. Licença para serviço militar.
- III. Licença para desempenho de mandato classista.
- IV. Licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro.

Está **INCORRETO**:

- a) Apenas o item II.
- b) Apenas o item IV.
- c) Apenas o item I.
- d) Apenas o item III.

60. Analise os itens abaixo:

- I. A vacância do cargo público decorrerá de exoneração, demissão, promoção, readaptação, aposentadoria, posse em outro cargo inacumulável, falecimento.
- II. A vacância do cargo público decorrerá somente de exoneração, demissão, aposentadoria e falecimento.
- III. A vacância do cargo público decorrerá apenas dos casos de exoneração, demissão, promoção, aposentadoria e falecimento.
- IV. A vacância do cargo público decorrerá somente de exoneração e falecimento.

Está **CORRETO**:

- a) Apenas o item II.
- b) Apenas o item I.
- c) Apenas o item III.
- d) Apenas o item IV.

61. Analise os itens abaixo:

- I. Vencimento é a atribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei. O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.
- II. É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.
- III. O servidor perderá a remuneração do dia em que faltar ao serviço, sem motivo justificado.
- IV. Em nenhuma hipótese poderá ocorrer desconto ou consignação em folha de pagamento do servidor, a favor de terceiros.

Estão **CORRETOS**:

- a) Apenas os itens I e II.
- b) Apenas os itens III e IV.
- c) Apenas os itens I, III e IV.
- d) Apenas os itens I, II e III.

62. Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens que se incorporam ao vencimento ou provento do servidor:

- I. Indenizações.
- II. Gratificações.
- III. Diárias.
- IV. Indenização de transporte.

Está **CORRETO**:

- a) Apenas o item I.
- b) Apenas o item III.
- c) Apenas o item IV.
- d) Apenas o item II.

63. O servidor público:

- I. Poderá ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo, por um dia, para doação de sangue, por dois dias, para se alistar como eleitor e por oito dias consecutivos em razão de casamento, falecimento de cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.
- II. Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo, independente de compensação de horário.
- III. Será concedido horário especial ao servidor portador de deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, independente de compensação de horário.
- IV. Estudante que mudar de sede no interesse da administração é assegurada, na localidade da nova residência ou na mais próxima, matrícula em instituição de ensino congênera, em qualquer época, independente de vaga.

Está **INCORRETO**:

- a) Apenas o item II.
- b) Apenas o item III.
- c) Apenas o item IV.
- d) Apenas o item I.

**Regimento Interno do Tribunal  
Regional Eleitoral de Santa Catarina**

64. O TRE/SC será composto, **EXCETO**:

- a) Mediante eleição, pelo voto secreto, de dois Juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça/SC.
- b) Mediante eleição, pelo voto secreto, de dois Juízes dentre Juízes de Direito escolhidos pelo Tribunal de Justiça/SC.
- c) De um Juiz Federal escolhido pelo TRF da 4ª Região.
- d) Por nomeação, pelo Presidente da OAB/SC, de dois Juízes representantes da classe dos advogados, com notável saber jurídico e idoneidade moral.

65. Segundo o Regimento Interno do TRE/SC, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) Compete ao Procurador Regional Eleitoral solicitar servidores da Secretaria do Tribunal para auxiliá-lo nos trabalhos executados na Procuradoria.
- b) Nas sessões de julgamentos de Impugnação de Mandado Eletivo os advogados das partes e o Procurador Regional Eleitoral terão vinte minutos cada um para sustentação oral.
- c) Compete ao Tribunal Regional Eleitoral processar e julgar originariamente os crimes eleitorais praticados por Vereadores no exercício da função.
- d) Compete ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral designar servidores para exercerem cargos em comissão ou funções comissionadas.